

## O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1966)

*The formation process of the National Renewing Alliance and the Brazilian Democratic Movement in Paraná (1965-1966)*

Alessandro Batistella

 <http://orcid.org/0000-0003-4606-8249>  
Universidade de Passo Fundo

**Resumo:** O presente artigo visa a analisar o processo de formação da ARENA e do MDB no Paraná. Para tais propósitos, primeiramente pretende-se analisar a crise político-militar de 1965 que resultou na decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), e o processo de implantação do bipartidarismo. Em um segundo momento, o foco de análise será o processo de organização da ARENA paranaense, verificando quem foram os parlamentares paranaenses que ingressaram no partido governista. Por fim, pretende-se analisar a gênese do MDB do Paraná e quem foram os parlamentares paranaenses que optaram por ingressar no partido oposicionista.

**Palavras-chave:** ARENA. MDB. Paraná.

**Abstract:** This article aims to analyze the formation process of ARENA and MDB in Paraná. For these purposes, we firstly aim to analyze the 1965 political-military crisis, which resulted in the enactment of Institutional Act No. 2 (AI-2), and the process of implementation of bipartisanship. In a second moment, the focus of analysis will be the process of organization of the Paraná ARENA, verifying who were the parliamentarians from Paraná who joined the ruling party. Finally, we intend to analyze the genesis of the MDB of Paraná and who were the parliamentarians from Paraná who opted to join the opposition party.

**Keywords:** ARENA. MDB. Paraná.

### Considerações Iniciais

Durante o período de vigência do pluripartidarismo inaugurado em 1945 no Paraná, os dois partidos políticos mais fortes foram o Partido Social Democrático (PSD) do ex-governador Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi o partido que mais cresceu eleitoralmente no estado entre os anos de 1945-1965. Também tiveram expressão no cenário político paranaense a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR) – do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) – e o Partido Democrata Cristão (PDC), que em 1960 elegeu Ney Braga governador do Paraná (Cf. BATISTELLA, 2016).

Nas eleições de 3 de outubro de 1965<sup>1</sup>, o governador Ney Braga, líder da “revolução de 1964”<sup>2</sup> no estado, conseguiu eleger o seu sucessor, Paulo Pimentel, então secretário da Agricultura, que derrotou o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Com a vitória de Pimentel, Ney Braga demonstrou a sua força política no Paraná e, gozando de grande prestígio em nível nacional, foi convidado pelo marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura em novembro de 1965 (Cf. BATISTELLA, 2016).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> As eleições de 3 de outubro de 1965, nas quais seriam eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais, uma vez que o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu que as próximas eleições seriam indiretas. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

<sup>2</sup> Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de “revolução” e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de “revolucionário”.

Por outro lado, outros dois importantes governadores que participaram do golpe de 1964, os udenistas José de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, não conseguiram eleger os seus sucessores. As vitórias de Israel Pinheiro da Silva (PSD), em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima (PSD), na Guanabara, representaram uma derrota ao regime militar, desencadeando uma crise político-militar que resultaria na decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) que extinguiu os partidos políticos e o sistema pluripartidário em vigência desde 1945, dando início ao bipartidarismo, uma vez que o objetivo do regime era criar um forte partido de apoio parlamentar ao governo e um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No presente artigo pretendemos analisar o processo de formação da ARENA e do MDB no Paraná. Para tais propósitos, primeiramente pretende-se abordar a crise político-militar de 1965, que resultou na decretação do AI-2 e o processo de implantação do bipartidarismo. Em um segundo momento, o foco será a o processo de organização da ARENA paranaense, capitaneado por Ney Braga, verificando quem foram os parlamentares paranaenses que ingressaram no partido governista. Por fim, pretende-se avaliar a gênese do MDB paranaense e quem foram os parlamentares paranaenses que optaram por ingressar no partido oposicionista.

### **A crise política-militar de 1965 e a decretação do AI-2**

Após o golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, os primeiros dias de abril foram marcados pelas incertezas e pela disputa pelo poder. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e presidente em exercício, não controlava a situação, pois o general Arthur da Costa e Silva, que autoproclamou-se ministro da Guerra, na prática detinha o poder<sup>3</sup>.

No entanto, os governadores que haviam participado da conspiração e do golpe que derrubou Jango (Carlos Lacerda, José de Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ney Braga, Ildo Meneghetti, Mauro Borges, entre outros), após uma série de reuniões realizadas no início de abril de 1964, no Rio de Janeiro, definiram-se pela não permanência de Ranieri Mazzilli e pela indicação do nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República. Embora contasse com o apoio da maioria dos oficiais no interior do Exército, o nome de Castelo Branco precisaria da aprovação do general Arthur da Costa e Silva, que se mostrava disposto a aceitar a continuação de Mazzilli como “presidente fantoche”, pois assim, na prática, seria o real detentor do poder (CHAGAS, 1985, p. 60-67).

Durante as tensas reuniões entre os governadores e o ministro do Exército, realizadas nos dias 4 e 5 de abril de 1964, no Rio de Janeiro, Costa e Silva inicialmente insurgiu-se contra o lançamento da candidatura de Castelo Branco, mas, mesmo contrariado, acabou aceitando a candidatura do chefe do Estado-Maior do Exército, após uma reunião do Alto Comando Militar. Assim, Castelo Branco chegaria ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre setores militares e ao apoio que recebeu de lideranças civis (CHAGAS, 1985, p. 71-76).

Posteriormente, o único obstáculo jurídico foi removido pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1)<sup>4</sup>,

---

<sup>3</sup> No dia 2 de abril de 1964, o general Arthur da Costa e Silva autoneomeou-se comandante do Exército Nacional, por ser o mais antigo general de quatro estrelas, e cria o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o próprio Costa e Silva (Exército), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha). Em seguida, o general Costa e Silva autoneomeia-se ministro da Guerra e torna-se o homem forte do novo regime.

<sup>4</sup> Decretado pelo Comando Supremo da Revolução – que na prática governava o país – o AI-1, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de “limpar” o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção. O AI-1 também permitia ao novo regime aplicar uma série de sanções (como exonerar, demitir, aposentar, transferir para a Reserva, entre outros) a militares, funcionários públicos, juízes, professores, dando início a “Operação Limpeza”, que visava a promover o expurgo de civis e militares alinhados com João Goulart e/ou com as bandeiras reformistas e nacionalistas.

decretado no dia 9 de abril de 1964, que, além de dar início à série de cassações parlamentares, estabeleceu a eleição do novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional removendo a inelegibilidade para esse pleito: Castelo Branco era inelegível, pois era chefe do Estado-Maior do Exército e a Constituição exigia três meses de desincompatibilização antes das eleições (CHAGAS, 1985, p. 71-76).

Desse modo, no dia 11 de abril, Castelo Branco foi eleito pelo Congresso como o novo presidente da República, recebendo 361 votos, com 72 abstenções e 37 ausências. No mesmo dia, o deputado federal José Maria Alkmin, do PSD/MG, foi eleito vice-presidente. Castelo Branco foi empossado no dia 15 de abril de 1964 e seu mandato iria até 31 de janeiro de 1966 – concluindo, assim, o mandato de João Goulart<sup>5</sup>.

Contudo, durante os primeiros meses do governo Castelo Branco percebe-se a existência de divisões e de disputas internas dentro das Forças Armadas entre os “castelistas”, denominados de “Sorbonne militar” (grupo que aglutinava nomes como os generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Orlando Geisel e demais militares vinculados às ideias e diretrizes da Escola Superior de Guerra – ESG<sup>6</sup>), e os seus opositores, denominados de “linha dura”.

De acordo com Maud Chirio (2012, p. 50), a categoria “linha dura” surgiu do vocabulário dos próprios atores e não tinha, no princípio, o sentido de grupo ou facção para os oficiais que a reivindicavam, mas sim de certa interpretação da “revolução”, de um “estado de espírito”, cuja linha política tinha contornos imprecisos. Portanto, inicialmente a “linha dura” não passava de uma maneira de exprimir certa oposição ao governo Castelo Branco. Contudo, foram os jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotados de chefes, representantes e certa coesão interna – o que não passava de uma expressão de identificação. Os militares somente se apropriaram dessa categoria mais tarde, como um instrumento de luta política, para delimitar as fronteiras dos seus adversários.

Conforme a pesquisadora (2012, p. 50-51), os anos de 1964 e 1965 são considerados o período de incubação da “linha dura”, que funcionaria como um forte grupo de pressão. Trata-se de um grupo heterogêneo que emitia um discurso de extrema-direita e nacionalista. Defendia a proposta de um expurgo radical “sem consideração pelos procedimentos adotados e nem pela conformidade com a lei”. Nesse sentido, após o golpe, os oficiais da “linha dura” são os principais defensores da violência de Estado e da repressão política.

Em suma, a “linha dura” reivindicava meios e modos para a tarefa da punição, criticando “a tibieza de Castelo Branco nos tratos dos corruptos e subversivos” (MARTINS FILHO, 1995, p. 57), opondo-se ao que consideravam uma linha branda e legalista seguida pelo marechal-presidente. Inclusive, a “linha dura” pressionou Castelo Branco para que o prazo das cassações fosse prorrogado – o prazo de vigência do AI-1 era até 15 de junho de 1964. Ademais, os militares da “linha dura” também defendiam um conjunto de medidas economicamente nacionalistas e se posicionavam contrários à política econômica ultraliberal adotada pelo governo Castelo Branco, considerada entreguista (CHIRIO, 2012, p. 51).

Embora seja considerado um liberal e moderado por alguns jornalistas e historiadores<sup>7</sup>, não

---

<sup>5</sup> Posteriormente, Castelo Branco aceitou que a medida que prorrogava o seu mandato presidencial fosse aprovada no Congresso em julho de 1964. Dessa forma, o mandato de Castelo Branco foi prorrogado por 14 meses, isto é, até março de 1967, o que representou o adiamento das eleições diretas à presidência da República previstas para 1965. Embora procurasse construir uma imagem de “legalista”, Castelo Branco rompeu o compromisso assumido para manter as eleições presidenciais de 1965. Tal fato desagradou Carlos Lacerda (favorito para vencer o pleito após a cassação de Juscelino Kubitschek), marcando o início do seu processo de afastamento de Castelo Branco.

<sup>6</sup> Criada em 1949 pelos setores do Exército brasileiro que haviam participado, juntamente com as forças norte-americanas, da Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a ESG se tornou bastião do anticomunismo, elaborou um projeto para o Brasil com base no lema *segurança e desenvolvimento*, defendia o livre comércio e uma posição pró-Estados Unidos (BORGES, 2003, p. 36; KINZO, 1988, p. 19).

<sup>7</sup> A partir da memória construída tanto por liberais civis quanto pelos militares alinhados ao “castelismo”, surgiram as teses da “ditabranda” ou de uma “ditadura envergonhada”, salientando o “caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968”. Os defensores dessa tese afirmam que os quatro primeiros anos do regime (até o AI-5) foram caracterizados pela

se pode negligenciar o caráter autoritário, violento e repressivo do governo do marechal-presidente Castelo Branco, caracterizado pela construção da ordem jurídico-institucional autoritária. De fato, durante o seu governo foram decretados quatro Atos Institucionais, uma Lei de Imprensa restritiva, fechou o Congresso por 32 dias e outorgou a Constituição de 1967 (NAPOLITANO, 2014, p. 73). Além disso, ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional – que instituiu a noção de “guerra interna” – e foi conivente com a tortura que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (FICO, 2004, p. 33).

O Ato Institucional nº 2, que determinou as eleições indiretas para a presidência da República e o fim do sistema pluripartidário em vigência desde 1945, resultou de uma grave crise político-militar que eclodiu em outubro de 1965, após as eleições diretas para os governos de 11 estados da Federação. Em dois importantes estados, Minas Gerais e Guanabara, os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda não conseguiram eleger os seus sucessores e passaram a insuflar os militares da “linha dura”, visando a impedir que os governadores eleitos – Israel Pinheiro da Silva, em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima, na Guanabara – tomassem posse<sup>8</sup>.

Entretanto, o marechal-presidente Castelo Branco garantiu a posse dos governadores eleitos, o que gerou um movimento – na noite de 5 de outubro, na Vila Militar, no Rio de Janeiro – para depor Castelo Branco. Porém, a intervenção do general Costa e Silva (ministro da Guerra), que conseguiu um acordo com os militares rebeldes da “linha dura”, impediu a rebelião militar e o fortaleceu politicamente no processo sucessório à presidência da República (KINZO, 1988, p. 24).

Superada a ameaça de rebelião militar, Castelo Branco decretou, no dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que estabeleceu eleição indireta para a presidência da República, extinguiu os partidos políticos existentes e aumentou significativamente o poder Executivo, que poderia cassar mandatos, suspender direitos políticos e decretar o recesso do Congresso (KINZO, 1988, p. 27).

Alguns historiadores consideram o AI-2 uma vitória da “linha dura”. No entanto, para João Roberto Martins Filho (1995, p.72), o Ato foi um redirecionamento e não uma derrota frontal do projeto castelista de “institucionalizar a revolução”. Conforme o autor (1995, p. 66-67), os castelistas, diante da inevitabilidade de um novo ato institucional, mostraram-se capazes de nele incluir uma série de medidas que vinham sendo discutidas, em certos círculos do governo, há bastante tempo.

O AI-2 também implantou uma reforma partidária, pois Castelo Branco acreditava que não contava com uma base sólida e estável no Congresso. Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia ao regime, não caíria bem adotar o modelo de partido único, associado às ditaduras monopartidárias. Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, cujo objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

## **O processo de implantação do bipartidarismo**

Após a extinção do sistema pluripartidário pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no

---

existência do recurso ao *habeas corpus* e por uma relativa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Nessa linha de raciocínio, o regime fechou-se, por meio do AI-5, por sucumbir às pressões da extrema-direita militar (“a linha dura”) e à conjuntura política marcada pelo crescimento da oposição ao governo militar em 1968 (NAPOLITANO, 2014, p. 69-70).

<sup>8</sup> Embora os candidatos vitoriosos não fossem “elementos perigosos” da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar posteriormente com o governo Castelo Branco – eram vistos pelos militares radicais como pessoas ligadas a Juscelino Kubitschek, o ex-presidente cassado (KINZO, 1988, p. 24).

mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática, o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando assim um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo e com a “revolução” já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas – por meio do Ato Complementar 26 (AC-26) de 29 de novembro de 1965 –, que consistia em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior<sup>9</sup> e para o Senado (GRINBERG, 2009, p. 64). No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a “Revolução de 1964”. Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo (GRINBERG, 2009, p. 64).

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo, que reunia desde liberais até comunistas (MOTTA, 2008, p. 96), incluindo também descontentes com o governo. Além das divergências político-ideológicas, outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato de que este “não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente” (KINZO, 1988, p. 29).

Inicialmente denominado de Ação Democrática Brasileira, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 96) ressalta que foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma organização, denominada de Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>10</sup>.

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores<sup>11</sup>. Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras

<sup>9</sup> Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores.

<sup>10</sup> O nome Ação Democrática Brasileira era defendida pelo deputado federal Ulysses Guimarães (do extinto PSD paulista), enquanto o deputado federal Tancredo Neves (do extinto PSD mineiro) defendia o nome Movimento Democrático Brasileiro, que acabou sendo escolhido (KINZO, 1988, p. 233).

<sup>11</sup> Entretanto, o reduzido número de senadores oposicionista gerou uma situação constrangedora, pois o governo precisou auxiliar na formação do MDB, convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição no MDB, possibilitando, assim, o seu registro (MOTTA, 2008, p. 96). De acordo com a pesquisa de Maria Kinzo (1988, p. 233), trata-se do senador paraibano Rui Carneiro, do extinto PSD, que era amigo íntimo do marechal Castelo Branco e aderiu ao MDB após uma solicitação feita pessoalmente pelo presidente.

na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

**Tabela 1:** Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
Partido Social Democrático (PSD)	78	43		121
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	38	78		116
União Democrática Nacional (UDN)	86	9	1	96
Partido Social Progressista (PSP)	18	2	1	21
Partido Democrata Cristão (PDC)	13	6		19
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	8	4		12
Partido de Representação Popular (PRP)	5			5
Partido Republicano (PR)	4			4
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	2		4
Partido Libertador (PL)	3		1	4
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)		3		3
Partido Social Trabalhista (PST)	2			2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)		2		2
Total	257 (62,8%)	149 (36,5%)	3 (0,7%)	409 (100%)

Fonte: KINZO, 1988, p. 32 e 34-35.

**Tabela 2:** Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
Partido Social Democrático (PSD)	17	5	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	10	15
União Democrática Nacional (UDN)	14	1	15
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3	2	5
Partido Social Trabalhista (PST)	1	2	3
Partido Libertador (PL)	2		2
Partido Democrata Cristão (PDC)	1		1
Partido de Representação Popular (PRP)	1		1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)		1	1
Total	44 (67,7%)	21 (32,3%)	65 <sup>12</sup> (100%)

Fonte: KINZO, 1988, p. 32 e 34-35.

Na Câmara dos Deputados observa-se que os 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% da bancada pessedista ingressaram na ARENA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenista era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era constituída por ex-petebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os “bigorrilhos” ou adesistas) optaram por filiar-se ao partido do governo. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

Por sua vez, o MDB na Câmara dos Deputados contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. Já no Senado, 47,6% dos senadores medebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

Como pode se perceber pelos dados os partidos tiveram núcleos formadores bastante diferentes.

<sup>12</sup> Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá, suplente efetivado com o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

A base principal da ARENA foi constituída por elementos provenientes da UDN, partido de onde saíram os maiores líderes da luta contra os governos reformistas do período anterior. Os udenistas tiveram participação destacada na preparação do movimento de 1964 e, portanto, é natural que fossem os principais articuladores do partido fiel aos governos militares. Os outros parlamentares da ARENA tinham origem diversa: muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes.

Quanto ao MDB, seu núcleo foi formado por deputados vindos do PTB, principal organização do bloco reformista nos anos 1950 e 1960. Evidentemente, os políticos radicais do PTB, em sua maioria, haviam sido cassados após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada oposicionista. Mesmo assim, sobraram uns poucos petebistas ideológicos que, aliados a figuras do antigo PSD fiéis aos ideais democráticos, constituíram a base da liderança do MDB (MOTTA, 2008, p. 99).

De acordo com David Fleischer (1981, p. 186):

[...] Numericamente, a UDN foi o maior bloco dentro da ARENA, e veio a ter um papel desproporcional na política e nos governos (federal e estadual) após 1964 – fato este que levou o então deputado Tancredo Neves a caracterizar a “Revolução” como a “ditadura da UDN”. Em 1966, a UDN chegou a comandar as bancadas da ARENA somente nos estados de Alagoas, Sergipe e Guanabara, e nos outros estados viu-se forçada a compartilhar a liderança, ora com o PSD (Minas Gerais, Santa Catarina e Piauí), ora com o PSD e PTB (Bahia, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Pará).

O PSD se dividiu um pouco mais equitativamente: 64,5% foram para a ARENA e 35,5% para o MDB. Estes mais em função das lealdades a Juscelino Kubitschek e por questões regionais. Em certos estados o PSD se tornou o “carro chefe” da ARENA, como no Rio Grande do Sul e Maranhão; em outros, ele dividiu a ARENA com a UDN.

[...] Quase 70% dos petebistas foram para o MDB. [...] O PTB comandava a liderança do MDB do Rio Grande do Sul, Paraná Santa Catarina, Guanabara e Amazonas; e dividia o comando partidário com o PSD em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. [...].

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido (KINZO, 1988, p. 31).

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus diretórios nacionais e estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram legalmente reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964”.

O primeiro diretório nacional da ARENA reuniu 56 políticos<sup>13</sup>, representando as 22 unidades da Federação e os três Territórios Federais (Amapá, Rondônia e Roraima)<sup>14</sup>. O primeiro presidente da Comissão Executiva Nacional da ARENA foi o senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS)<sup>15</sup>.

Por sua vez, o MDB procurou organizar o seu diretório nacional provisório integrando todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. A partir do diretório nacional formou-se a primeira Comissão Executiva Nacional, cujos membros assumiram as funções de

<sup>13</sup> Representando o Paraná no primeiro diretório Nacional da ARENA estavam o senador Adolpho de Oliveira Franco (ex-UDN) e o deputado federal Emílio Hoffmann Gomes (ex-PDC).

<sup>14</sup> Mais detalhes, ver GRINBERG (2009, p. 71-75).

<sup>15</sup> A primeira Comissão Executiva nacional da ARENA ficou assim constituída: presidente: Daniel Krieger (senador, ex-UDN/RS); vices-presidentes: Filinto Müller (senador, ex-PSD/MT), Teódulo Lins de Albuquerque (deputado federal, ex-PTB/BA) e Wilson Gonçalves (senador, ex-PSD/CE); secretário geral: Rondon Pacheco (deputado federal, ex-UDN/MG); tesoureiro: Antônio Feliciano (deputado federal, ex-PSD/SP); vogais: Raimundo Padilha (deputado federal, ex-UDN/RJ), Paulo Sarazate (deputado federal, ex-UDN/CE), Leopoldo Peres Sobrinho (deputado federal, ex-PSD/AM), Miguel Couto Filho (senador, ex-PSP/RJ) e o coronel Jarbas Passarinho (GRINBERG, 2009, p. 70).

organização e decisão das atividades do partido (KINZO, 1988, p. 37). Sobre a primeira Executiva Nacional do MDB<sup>16</sup>, Maria Kinzo (1988, p. 37-38) faz duas importantes observações. Primeiro, o fato do primeiro presidente, o senador Oscar Passos (ex-PTB/AC), ser um militar – um general da reserva – influenciou na sua escolha<sup>17</sup>. Segundo, o fato da Executiva do partido não possuir nenhum parlamentar ex-petebista do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e da Guanabara, apesar de quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB fossem oriundos destes estados, o que foi na época interpretado como uma estratégia para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares trabalhistas identificados com João Goulart e Leonel Brizola.

Acerca do programa do MDB, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 99-100) faz a seguinte observação:

O programa do partido das oposições revelava também discrepâncias com as posturas governistas, ao mesmo tempo que trazia a marca das propostas reformistas. O eixo da pregação emedebista girava em torno de três questões. Em primeiro lugar vinha o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB: a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia.

Os pontos restantes do programa não eram partilhados por todos, diziam mais respeito à ala esquerda. De um lado o compromisso nacionalista, ligado à pregação em favor de proteção para a economia nacional contra a entrada de investimentos estrangeiros. E é bom lembrar que os governos pós-1964 acirraram os ânimos nacionalistas, pois acentuaram e patrocinaram a entrada de capitais estrangeiros. De outro havia a defesa por parte do MDB de medidas de proteção social, embora de maneira vaga e imprecisa. Na verdade, sua sensibilidade para a questão social se exercia com mais frequência na denúncia da perda de direitos sociais, provocada pelas ações governamentais (o fim da estabilidade no emprego, por exemplo).

Portanto, a defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os oposicionistas que ingressaram no MDB, tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese.

### **A gênese da ARENA no Paraná**

No Paraná, a organização da ARENA foi coordenada pelo ex-governador e então ministro Ney Braga, que adotou o que se chamou à época de “política de braços abertos” (*Gazeta do Povo*, 6 nov. 1965, p. 3), atraindo para o partido da “Revolução” não somente os políticos aliados, mas também cooptando políticos até então oposicionistas (REBELO, 2004, p. 228). De fato, a ARENA paranaense contou com a adesão de políticos das mais variadas tendências, incluindo quase todos os membros da UDN, do PSD e do PDC, além de muitos membros do PTB paranaense. Dos 25 deputados federais paranaenses, 17 (68%) ingressaram na ARENA, que contou também com a adesão de dois senadores paranaenses: Adolpho de Oliveira Franco (ex-UDN) e Rubens de Mello Braga<sup>18</sup> (ex-PTB).

---

<sup>16</sup> A primeira Comissão Executiva nacional do MDB ficou assim constituída: presidente: Oscar Passos (senador, ex-PTB/AC); primeiro vice-presidente: Oswaldo C. da Costa Lima Filho (deputado federal, ex-PTB/PE); segundo vice-presidente: Ulysses Silveira Guimarães (deputado federal, ex-PSD/SP); terceiro vice-presidente: André Franco Montoro (deputado federal, ex-PDC/SP); secretário geral: José Martins Rodrigues (deputado federal, ex-PSD/CE); tesoureiro: José Ermírio de Moraes (senador, ex-PTB/PE); vogais: Pedro Ludovico Teixeira (senador, ex-PSD/GO), Argemiro de Figueiredo (senador, ex-PTB/PB), Antônio de Barros Carvalho (senador, ex-PTB/PE), Antônio Ferreira de Oliveira Brito (deputado federal, ex-PSD/BA) e Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins (deputada federal, ex-PTB/SP) (KINZO, 1988, p. 38).

<sup>17</sup> De acordo com o depoimento de Ulysses Guimarães à Maria Kinzo (1988, p. 234), a escolha de Oscar Passos foi “para não parecer que nós tínhamos qualquer prevenção ou discriminação contra os militares”.

<sup>18</sup> Suplente efetivado após a cassação de Amaury de Oliveira e Silva pelo AI-1.

**Tabela 3:** Alinhamento dos parlamentares paranaenses à ARENA e ao MDB (1965-1966)

	Senado	Câmara dos Deputados	Assembleia Legislativa
ARENA	2 (66,6%)	17 (68%)	38 (84,5%)
MBD	1 (33,3%)	8 (32%)	5 (11,1%)
Não Filiados			2 (4,4%)
Total	3 (100%)	25 (100%)	45 (100%)

**Fonte:** tabela elaborada pelo autor a partir de informações obtidas em IPARDES (1989).

**Tabela 4:** Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais paranaenses (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	2	7	9
PSD	7		7
UDN	5		5
PDC	2	1	3
PRP	1		1
Total	17	8	25

**Fonte:** Tabela elaborada pelo autor a partir de informações obtidas em IPARDES (1989).

**Tabela 5:** Deputados federais alinhados à ARENA (1965-1966)

Partido de origem	Deputados federais
PSD	Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, general Mário Gomes da Silva <sup>19</sup> , João Batista Ribeiro Júnior, Lyrio Bertoli, Paulo Pimenta Montans, Plínio Franco Ferreira da Costa e Raphael Ferreira Rezende.
UDN	Hermes Faria Macedo, Jorge Khury, Mário Braga Ramos, Newton Isaac da Silva Carneiro e Zacharias Emiliano Seleme.
PTB	Elias Nacle e Kalil Maia Neto.
PDC	Emílio Hoffmann Gomes e Minoru Miyamoto.
PRP	Ivan Luz.

**Fonte:** Tabela elaborada pelo autor.

Contudo, a hegemonia arenista na Assembleia Legislativa do Paraná foi ainda maior, uma vez que 84,5% dos deputados estaduais filiaram-se ao partido governista.

**Tabela 6:** Filiação à ARENA e ao MDB dos membros dos antigos partidos na ALP (1965-1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
PTB	7	5		12
PDC	12			12
UDN	7		1 <sup>20</sup>	8
PSD	7			7
PRP	1		1 <sup>21</sup>	2
PTN	2			2
PRT	1			1
PR	1			1
Total	38	5	2	45

**Fonte:** Tabela elaborada pelo autor a partir de informações obtidas em IPARDES (1989).

<sup>19</sup> Suplente efetivado após a cassação de João Simões pelo AI-1.

<sup>20</sup> Trata-se do udenista/lacerdistas Rubens Requião.

<sup>21</sup> Trata-se do perrepista/integralista Edgar Távora.

**Tabela 7:** Deputados estaduais alinhados à ARENA (1965-1966)

Partido de origem	Deputados estaduais
PDC	Agostinho José Rodrigues, Antônio Ferreira Ruppel, Armando Queiroz de Moraes, Arnaldo Faivro Busato, Arthur Gotuzzo de Souza, Benedito Pinto Dias, Iosio Antônio Ueno, João Antônio Braga, João Mansur, Odilon Túlio Vargas, Renato Loures Bueno e Vidal Vanhoni.
UDN	Francisco Escorsin, Haroldo Leon Peres, Horácio Vargas, João Vargas de Oliveira, José Justino Filgueiras Alves Pereira, Olavo Garcia Ferreira da Silva <sup>22</sup> e Paulo Poli.
PSD	Dino Veiga, Egon Pudell, Emílio Humberto Carazzai, Ernesto Moro Redeschi, João de Mattos Leão, José Vaz de Carvalho e Leovegildo Salles.
PTB	Jorge Miguel Nassar, Lauro Muller Soares <sup>23</sup> , Marino Pereira, Miguel Dinizo, Miran Pirihi, Moacir Júlio Silvestre e Piratan Araújo.
PTN	Aníbal Khury e Olívio Belich.
PR	Paulo Afonso Alves de Camargo.
PRP	Amadeu Puppi.
PRT	Igo Iwant Losso.

**Fonte:** Tabela elaborada pelo autor.

O processo de formação da ARENA no Paraná não somente confirmou o prestígio e a influência política que Ney Braga detinha no estado, mas também que a grande maioria dos parlamentares paranaenses (em nível federal e estadual) não hesitaram em se alinhar ao partido da “Revolução”, seja por afinidade ideológica, seja por conveniência política.

Se, por um lado, Ney Braga obteve êxito na tarefa de organizar um forte partido governista no Paraná, por outro lado encontrou enormes dificuldades em conciliar as diversas tendências e interesses dentro de um partido tão heterogêneo como a ARENA paranaense. Aliás, as primeiras divergências nas hostes arenistas ocorreram ainda durante o processo de organização do partido, no final de 1965, catalisadas pela escolha dos nomes que integrariam a primeira Comissão Executiva Estadual.

Nesse sentido, os resquícios da eleição estadual de outubro de 1965 se faziam sentir fortemente, uma vez que os senadores e a maioria dos deputados federais paranaenses apoiaram a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto. Dessa forma, o governador eleito Paulo Pimentel – que auxiliava Ney Braga na organização da ARENA paranaense – mostrava-se disposto a apoiar somente quem o acompanhou na sua vitoriosa campanha eleitoral, o que fomentou comentários entre os parlamentares “de que Pimentel se movimentava politicamente em favor dos seus amigos”, inclusive inviabilizando as pretensões do senador Adolpho de Oliveira Franco (que havia apoiado a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto) em assumir a presidência da ARENA do Paraná (*Gazeta do Povo*, 5 dez.1965, p. 3).

Em um primeiro momento, Ney Braga e, sobretudo, Paulo Pimentel – ambos impossibilitados de assumir a presidência da ARENA do Paraná<sup>24</sup> – se mostravam favoráveis ao nome do empresário Jayme Canet Júnior para assumir a presidência da Comissão Executiva Estadual do partido (*Gazeta do Povo*, 4 dez. 1965, p. 3). Canet não tinha, até então, vínculos partidários e tinha ocupado a presidência da Café do Paraná no governo Ney Braga. Além disso, tinha sido um dos líderes da campanha de Paulo Pimentel ao governo estadual. Tendo ligações com Ney Braga, Canet seria um nome para manter os vínculos entre o governador e o ministro (KUNHAVALIK, 2004, p. 334). Embora contasse com a simpatia de vários grupos políticos, Jayme Canet Júnior mostrava-se disposto a recusar a indicação, pois havia sido escolhido por Pimentel para presidir o Banestado<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Suplente efetivado após a cassação de Almir Moreira Passos pelo AI-1.

<sup>23</sup> Suplente efetivado após a cassação de Luiz Alberto Dalcanalle pelo AI-1.

<sup>24</sup> Ney Braga, ministro da Agricultura, e Paulo Pimentel, que assumiria o governo estadual em 31 de janeiro de 1966, estavam impossibilitados de assumir a presidência da ARENA paranaense, pois a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965) vedava que presidente, ministros, governadores, prefeitos e secretários de Estado assumissem funções executivas nos diretórios dos partidos. A referida lei foi revogada em julho de 1971.

<sup>25</sup> Entretanto, Jayme Canet Júnior, após se desentender com Paulo Pimentel, pediu demissão do Banestado em agosto

De toda forma, as articulações para a organização da primeira Comissão Executiva Estadual não foram fáceis, uma vez que havia muitos interesses a serem conciliados. Contudo, em janeiro de 1966, o nome do governador interino Algacyr Guimarães – homem de confiança de Ney Braga – começou a ganhar força para assumir a presidência da ARENA do Paraná a partir de fevereiro, após a posse de Paulo Pimentel (*Gazeta do Povo*, 11 jan. 1966, p. 3).

Durante as negociações para a organização da primeira Comissão Executiva Estadual acordou-se que a mesma seria formada por 11 membros: o presidente, três vice-presidentes, um secretário, um tesoureiro e cinco vogais. Também se acordou que a Comissão Diretora Regional seria formada por 70 membros (*Gazeta do Povo*, 2 fev. 1966, p. 3). Entretanto, a definição da escolha dos membros da Executiva Estadual gerou muitos conflitos, uma vez que Ney Braga, Paulo Pimentel e os grupos opositores ao governador (capitaneado pelo senador Adolpho de Oliveira Franco) desejavam escolher os nomes dos membros e, assim, se fazerem representar na Executiva arenista (*O Estado do Paraná*, 3 fev. 1966, p. 4).

Tal situação foi somente solucionada após uma reunião realizada em Brasília, no dia 9 de fevereiro de 1966, da qual participaram o marechal-presidente Castelo Branco, Ney Braga e Paulo Pimentel. No encontro, houve a confirmação de que a presidência da ARENA paranaense ficaria com Algacyr Guimarães, conforme a indicação de Ney Braga, que também desejava indicar Felipe Aristides Simão (ex-presidente do PL paranaense) para a secretaria da Executiva Estadual. No entanto, durante as negociações, Paulo Pimentel conseguiu a prerrogativa de poder indicar um nome da sua confiança para o posto de secretário da ARENA do Paraná (*Gazeta do Povo*, 11 fev. 1966, p. 3; *O Estado do Paraná*, 11 fev. 1966, p. 1, 3 e 4; *O Estado do Paraná*, 12 fev. 1966, p. 4).

No mesmo dia, Paulo Pimentel se reuniu com os parlamentares paranaenses em Brasília (cuja maioria havia se posicionado contra a sua candidatura ao governo estadual em 1965) com o intuito de selar um acordo. Nesse encontro definiu-se que seria realizada uma reunião, no dia 18 de fevereiro, em Curitiba, para deliberar a escolha dos nomes dos membros da Executiva Estadual do “partido da Revolução” (*Gazeta do Povo*, 11 fev. 1966, p. 3; *O Estado do Paraná*, 11 fev. 1966, p. 1, 3 e 4; *O Estado do Paraná*, 12 fev. 1966, p. 4). Também ficou definido que os três vice-presidentes seriam escolhidos entre os deputados federais, que escolheriam os cinco vogais entre os deputados estaduais. No final do conclave, os dez membros escolhidos para a Executiva escolheriam o tesoureiro. Outro ponto acordado foi que o presidente (Algacyr Guimarães), o secretário (indicação de Paulo Pimentel) e o tesoureiro não disputariam as eleições parlamentares de 1966 (*Gazeta do Povo*, 12 fev. 1966, p. 3; *O Estado do Paraná*, 16 fev. 1966, p. 4).

Dessa forma, no dia 18 de fevereiro de 1966, em reunião realizada às 20h, na sede da Assembleia Legislativa do Paraná, presidida por Ney Braga, foi definida a primeira Comissão Executiva da ARENA paranaense, que ficou assim constituída:

**Tabela 8:** Primeira Comissão Executiva da ARENA do Paraná

<b>Presidente</b>	<b>Algacyr Guimarães (ex-governador interino, ex-PDC)</b>
Primeiro Vice-Presidente	Zacharias Emiliano Seleme (deputado federal, ex-UDN)
Segundo Vice-Presidente	Raphael Ferreira Rezende (deputado federal, ex-PSD)
Terceiro Vice-Presidente	Ivan Luz (deputado federal, ex-PRP)
Secretário Geral	Ubiratan Pompeo de Sá (Chefe de Gabinete de Paulo Pimentel)
Tesoureiro	Rubens de Mello Braga (senador, ex-PTB)
Vogais	Armando Queiroz de Moraes (deputado estadual, ex-PDC) Horácio Vargas (deputado estadual, ex-UDN) Paulo Poli (deputado estadual, ex-UDN) João de Mattos Leão (deputado estadual, ex-PSD) Miran Pirih (deputado estadual, ex-PTB)

**Fonte:** *Gazeta do Povo*, 19 fev. 1966, p. 3 e 20 fev. 1966, p. 3; *O Estado do Paraná*, 24 fev. 1966, p. 4.

de 1966, rompendo relações com o governador. Mais detalhes, ver Vanderlei Rebelo (2004, p. 243).

Algacyr Guimarães, o primeiro presidente da ARENA do Paraná, foi uma escolha pessoal de Ney Braga para comandar o “partido da Revolução” no estado. Além de Algacyr, Ney Braga também indicou outros nomes para o diretório arenista e convidou publicamente o seu desafeto político Bento Munhoz da Rocha Neto<sup>26</sup> a ingressar na ARENA. Por sua vez, Paulo Pimentel (que não aceitou a sugestão dos parlamentares paranaenses que assinaram uma carta ao governador indicando um determinado nome) definiu o seu Chefe de Gabinete e homem de confiança Ubiratan Pompeo de Sá como secretário da seção arenista do Paraná (*Gazeta do Povo*, 20 fev. 1966, p. 3).

Por sua vez, o senador Adolpho de Oliveira Franco (líder na ARENA dos setores oposicionistas ao governador Pimentel e que apoiaram a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto em 1965) indicou dois vice-presidentes: os deputados federais Raphael Ferreira Rezende e Ivan Luz. Esse grupo também contou com mais dois nomes na Executiva: o deputado estadual Horácio Vargas como vogal e o senador Rubens de Mello Braga, que foi escolhido tesoureiro do partido pelos outros dez membros da Executiva (KUNHAVALIK, 2004, p. 335).

Contudo, a composição da Executiva Estadual da ARENA não agradou a todos. Por exemplo, o deputado estadual Aníbal Khury se retirou da reunião após não ter sido escolhido para a Executiva (*Gazeta do Povo*, 20 fev. 1966, p. 3). Tal fato evidencia que a ARENA justificaria o seu nome, pois o partido iria se tornar um local (uma arena) de acirradas rivalidades e disputas internas que contribuíram para a constante eclosão de conflitos no interior do partido. Inclusive, em março de 1966, já teriam início os primeiros conflitos no interior da ARENA do Paraná em torno da definição dos nomes que concorreriam pelo partido às eleições parlamentares de novembro de 1966 (*Gazeta do Povo*, 17 mar. 1966, p. 3) e pelas disputas locais pelo comando político do interior (*Gazeta do Povo*, 20 mar. 1966, p. 3).

Ademais, a ARENA paranaense enfrentou, nos seus primeiros meses de existência, problemas no processo de estruturação do partido. Em outras palavras, o partido estava formado apenas no papel, mas na prática ainda não tinha uma sede e nem um local para reuniões. O mesmo problema ocorria no que tange aos diretórios municipais (*Gazeta do Povo*, 01 mar. 1966, p. 3), cujas dificuldades eram acentuadas em virtude das rivalidades locais (*Gazeta do Povo*, 22 fev. 1966, p. 3).

Outro fator que dificultou o processo de estruturação da ARENA paranaense foi a nomeação, em março de 1966, de Algacyr Guimarães ao cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) pelo marechal presidente Castelo Branco. Desse modo, sem a presença do presidente e dos três vice-presidentes (que exerciam o mandato de deputado federal) em Curitiba, o partido encontrava-se acéfalo (*Gazeta do Povo*, 22 mar. 1966, p. 3).

No âmbito estadual, os deputados estaduais arenistas ligados a Paulo Pimentel criaram, em março de 1966, o Bloco Parlamentar Renovador, cujo objetivo era disciplinar a atuação partidária e garantir ao governador a maioria parlamentar na Assembleia Legislativa. Articulado e liderado por Agostinho José Rodrigues (ex-PDC), Odilon Túlio Vargas (ex-PDC) e Jorge Miguel Nassar (ex-PTB), o Bloco Parlamentar Renovador aglutinou 23 deputados estaduais<sup>27</sup>. Além do apoio integral a Paulo Pimentel, os parlamentares vinculados ao Bloco também declararam o seu apoio ao marechal presidente Castelo Branco na defesa dos princípios e objetivos da “Revolução de Março” (*Gazeta do Povo*, 18 mar. 1966, p. 3).

Dessa forma, verifica-se uma cisão no interior da ARENA paranaense na Assembleia: dos

---

<sup>26</sup> Apesar dos convites para ingressar tanto na ARENA quanto no MDB, Bento Munhoz da Rocha Neto optou em não se vincular a nenhum dos dois partidos.

<sup>27</sup> Foram signatários do Bloco Parlamentar Renovador os deputados estaduais arenistas Agostinho José Rodrigues (ex-PDC), Odilon Túlio Vargas (ex-PDC), Armando Queiroz de Moraes (ex-PDC), Arnaldo Faivro Busato (ex-PDC), Arthur Gotuzzo de Souza (ex-PDC), Benedito Pinto Dias (ex-PDC), Renato Loures Bueno (ex-PDC), João Antônio Braga Cortes (ex-PDC), Iosio Antônio Ueno (ex-PDC), João Mansur (ex-PDC), Jorge Miguel Nassar (ex-PTB), Lauro Muller Soares (ex-PTB), Miguel Dinizo (ex-PTB), Marino Pereira (ex-PTB), Miran Pirih (ex-PTB), Piratan Araújo (ex-PTB), Egon Pudell (ex-PSD), João de Mattos Leão (ex-PSD), Francisco Esgorsin (ex-UDN), Paulo Poli (ex-UDN), Aníbal Khuri (ex-PTN), Olívio Belich (ex-PTN) e Igo Iwant Losso (ex-PRT). (*O Estado do Paraná*, 26 mar. 1966, p. 4).

38 deputados estaduais arenistas, 23 declaravam o seu apoio incondicional ao governador Paulo Pimentel por meio do Bloco Parlamentar Renovador, enquanto 15 ficavam em uma posição de independência. Entre esses parlamentares observa-se a presença majoritária de ex-udenistas e ex-pessedistas que haviam apoiado a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto em 1965.

Paulo Pimentel assumiu o governo do Paraná em 31 de janeiro de 1966. No início do seu governo, a influência de Ney Braga foi muito forte, inclusive com a presença do grupo neysta integrando a maior parte do governo. No entanto, a disputa para ocupar os espaços da administração estadual criou um clima de tensão entre os neystas e os setores mais próximos do governador (os pimentelistas). Além disso, poucos meses após o início do seu governo, Paulo Pimentel começou a se opor a ingerência de Ney Braga em seu governo e foi, aos poucos, estabelecendo uma independência em relação ao seu patrono político (KUNHAVALIK, 2004, p. 336). Posteriormente, Ney Braga e Paulo Pimentel se afastariam politicamente e disputariam o controle político do Paraná e da ARENA paranaense.

### A gênese do MDB no Paraná

No Paraná, a organização do MDB encontrou enormes dificuldades, uma vez que 58,4% da antiga bancada do PTB na Assembleia Legislativa optaram por ingressar na ARENA. Dessa forma, coube aos trabalhistas (que não foram cassados ou cooptados) e aos poucos dissidentes do PDC e do PSD (que possuíam uma posição oposicionista ao ministro Ney Braga e/ou ao governador eleito Paulo Pimentel) o trabalho de organizar o partido oposicionista.

Inicialmente, o MDB do Paraná contou com a adesão dos seguintes parlamentares: senador: Nelson Maculan (ex-PTB); deputados federais: Renato Celidônio (ex-PTB); Miguel Buffara (ex-PTB), Antônio Baby (ex-PTB), Fernando da Gama e Souza (ex-PTB), Wilson Chedid (ex-PTB), Antônio Annibelli (ex-PTB), Petrônio Fernal (ex-PTB) e José Richa (ex-PDC); deputados estaduais: Joaquim Néia de Oliveira (ex-PTB), Silvino Lopes de Oliveira (ex-PTB), Eurico Batista Rosas (ex-PTB), Percy Schreiner<sup>28</sup> (ex-PTB), Orlando Peraro<sup>29</sup> (ex-PTB), além do suplente Sinval Martins de Araújo (ex-PSD) e do ex-vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto (ex-PDC).

Apoiando-se em parte das bases do extinto PTB paranaense, o MDB do Paraná enfrentou muitas dificuldades para se estruturar. Além do número reduzido de parlamentares, o partido também vivenciou algumas divergências internas durante o seu processo de formação. A primeira foi a forte oposição ao nome do senador Nelson Maculan para presidir a Executiva Estadual (*O Estado do Paraná*, 27 jan. 1966, p. 4). Desgastado politicamente, o ex-presidente do PTB paranaense não encontrou respaldo entre os ex-petebistas.

Dessa forma, após reunião realizada em Brasília, no dia 9 de fevereiro de 1966, e que contou apenas com a participação dos deputados federais e do senador Maculan, o deputado Miguel Buffara foi escolhido presidente da primeira Comissão Executiva do MDB do Paraná.

**Tabela 9:** Primeira Comissão Executiva do MDB do Paraná

<b>Presidente</b>	<b>Miguel Buffara (deputado federal, ex-PTB)</b>
Vice Presidente	Antônio Baby (deputado federal, ex-PTB)
Vice Presidente	Renato Celidônio (deputado federal, ex-PTB)
Vice Presidente	José Richa (deputado federal, ex-PDC)
Secretário Geral	Fernando da Gama e Souza (deputado federal, ex-PTB)
Tesoureiro	Wilson Chedid (deputado federal, ex-PTB)

**Fonte:** *Gazeta do Povo*, 11 fev. 1966, p. 3; *Diário do Paraná*, 12 fev. 1966, p. 3.

O diretório do MDB do Paraná foi inicialmente composto por nove membros: além dos seis

<sup>28</sup> Suplente efetivado após a cassação de Walter Pecoits com o AI-1.

<sup>29</sup> Suplente efetivado após a cassação de Leon Naves Barcelos com o AI-1.

integrantes da Executiva Estadual, também integraram o partido o senador Nelson Maculan e os deputados federais Antônio Annibelli e Petrônio Fernal (estes dois últimos representariam o diretório estadual no diretório nacional).

No entanto, a constituição do diretório estadual do MDB também se revelou nada tranquila, pois os deputados estaduais, sobretudo Joaquim Néia de Oliveira (então líder da oposição na Assembleia), se mostravam amplamente descontentes com a exclusão dos seus nomes do diretório estadual do partido. Outro fator de discórdia nas hostes emedebistas foi o veto do deputado federal Antônio Annibelli ao ingresso do deputado estadual suplente Sinval Martins de Araújo (ex-PSD) no partido em virtude de rivalidades políticas locais em Clevelândia (*O Estado do Paraná*, 15 mar. 1966, p. 4).

Diante dessa situação, o deputado estadual Joaquim Néia de Oliveira remeteu uma carta ao senador Oscar Passos, presidente nacional do MDB, “denunciando a atitude discriminatória” dos deputados federais que excluíram os deputados estaduais do diretório estadual. Na mesma carta, era solicitada uma intervenção da direção nacional do partido a fim de possibilitar o ingresso no MDB paranaense de todos aqueles que assim desejarem, sem restrições (*Gazeta do Povo*, 26 mar. 1966, p. 3; *O Estado do Paraná*, 26 mar. 1966, p. 4).

Desse modo, Oscar Passos intermediou a pacificação entre os deputados federais e os deputados estaduais do MDB paranaense (*Gazeta do Povo*, 31 mar. 1966, p. 3), o que resultou, após uma reunião realizada no dia 26 de maio de 1966, na ampliação do número de integrantes do diretório estadual do partido, que passou a ser composto por 26 membros, com o ingresso dos deputados estaduais Joaquim Néia de Oliveira, Eurico Batista Rosas, Silvino Lopes de Oliveira, Orlando Peraro, Percy Schreiner e Sinval Martins de Araújo e de lideranças políticas que não exerciam mandatos parlamentares – como o ex-vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto (ex-presidente do extinto PDC), o general Iberê de Mattos (ex-prefeito de Curitiba pelo PTB entre 1959 e 1962), Léo de Almeida Neves (um dos líderes do extinto PTB), entre outros (*Gazeta do Povo*, 28 maio 1966, p. 3).

### **Considerações finais**

Coordenado por Ney Braga, o processo de formação da ARENA paranaense foi bem sucedido, uma vez que a grande maioria dos parlamentares paranaenses não hesitou em se alinhar ao “partido da Revolução”, seja por afinidade ideológica, seja por conveniência política. Por outro lado, a ARENA paranaense tornou-se um partido heterogêneo e hipertrofiado, cujas diversas tendências e interesses catalisariam sucessivas divergências e crises dentro do partido, que logo se dividiria entre neystas e pimentelistas. Inclusive, o controle político da ARENA do Paraná seria acirradamente disputado entre Ney Braga e Paulo Pimentel nos primeiros anos de existência do partido.

Por sua vez, o MDB encontrou muitas dificuldades para se estruturar no Paraná, uma vez que apenas um senador, 32% dos deputados federais paranaenses e apenas 11,1% dos deputados estaduais optaram por ingressar no partido oposicionista. A maioria dos parlamentares que optaram por se filiar ao MDB paranaense provinha do antigo PTB, porém também ingressaram alguns poucos dissidentes do PDC e do PSD. Dessa forma, o MDB paranaense também se tornaria um partido heterogêneo, que também presenciaria divergências e disputas internas desde os seus primeiros anos de existência.

### **Referências**

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: UFPR, 2016.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge;

- DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 13-42.
- CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FLEISCHER, David V. Dimensões do recrutamento partidário. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 45-63.
- GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004, p. 231-411.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- REBELO, Vanderlei. *Ney Braga: a política como arte*. Curitiba: Sesquicentenário, 2004.

### **Fontes – jornais pesquisados**

- Diário do Paraná*. Curitiba, 1965-1966.
- Gazeta do Povo*. Curitiba, 1965-1966.
- O Estado do Paraná*. Curitiba, 1965-1966.

### **Notas de autoria**

Alessandro Batistella é Graduado (2004) e Mestre (2007) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutor em História (2014) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: batistella@upf.br.

**Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista**

BATISTELLA, Alessandro. O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1966). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 42, p. 191-206, 2020.

**Contribuição de autoria**

Não se aplica

**Financiamento**

Não se aplica

**Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica

**Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica

**Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**Histórico**

Recebido em 08/02/2020.

Revisões requeridas em 25/04/2020.

Aprovado em 08/05/2020.